



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
**COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL,**  
**CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO**

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO DO NÚCLEO RURAL BOA ESPERANÇA II, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, REALIZADA EM 31/05/2012.**

Aos trinta e um dias do mês de maio do ano de dois mil e doze, às dezoito horas e quarenta minutos, na Câmara Legislativa do Distrito Federal, reuniu-se a Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo – CDESCTMAT para debater a regularização do Núcleo Rural Boa Esperança II. O Deputado Rôney Nemer, Presidente da CDESCTMAT, convidou para compor a Mesa o Subsecretário de Regularização Fundiária da Secretaria de Habitação, Regularização e Desenvolvimento Urbano – SEDHAB –, Sr. Chico Floresta, representando o Secretário, Deputado Geraldo Magela; o Diretor de Regularização e Administração Fundiária da Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural – SEAGRI –, Sr. Marcelo Pereira Tassinari, representando o Sr. Secretário Lúcio Taveira Valadão; o Diretor de Vigilância da Secretaria da Ordem Pública e Social do Distrito Federal – SEOPS –, Sr. Valdiná Alves Feitosa, representando o Sr. Secretário José Grijalma Faria Rodrigues; o Secretário Executivo dos Conselhos Ambientais da Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH –, Sr. Dálio Ribeiro Filho, representando o Secretário Eduardo Dutra Brandão Cavalcanti; o Assessor Especial da Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal – TERRACAP –, Sr. Cleverson Eloy, representando o Presidente Antônio Carlos Rebouças Lins; o Coordenador-Geral de Proteção do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Sr. Paulo Carneiro, representando o Presidente Roberto Ricardo Vizentin; o Superintendente de Fiscalização de Obras da Agência de Fiscalização do Distrito Federal – AGEFIS –, Sr. José Airton Lira, representando o Diretor-Geral, Sr. Gleiston Marcos de Paula; o Coordenador de Fiscalização do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – IBRAM, Sr. Flávio Marcelo Braga, representando o Presidente, Sr. Nilton Reis Batista Júnior; e o Secretário Adjunto da Secretaria de Regularização de Condomínios, Sr. Roberto Costa. O Deputado Rôney Nemer informou que a audiência pública foi promovida em razão de uma operação feita no local, em que se usou o nome do Deputado e do Secretário Magela. O Deputado foi ao local no sábado e resolveu promover a audiência, a pedido da comunidade. Passou-se a palavra ao Sr. Ricardo de Sousa Costa, morador do Boa Esperança desde 1995. Ele acredita que todos os moradores da região são compradores de boa-fé e a única coisa que se quer é ter os direitos respeitados. Disse que pagaram pelas casas e chácaras e não são invasores. Segundo o morador, foi muito arbitrário o que fizeram na sexta-feira passada, quando caminhões, tratores, policiais formaram o que se denominou “Comboio do Pânico”. Foi firmado compromisso entre os moradores e Parlamentares presentes no local que não se edificasse mais até que houvesse permissão para construir, mas é preciso o compromisso das autoridades em cessar as derrubadas. Por fim, agradeceu o apoio recebido dos Deputados Rôney Nemer, Wellington Luiz e Júnior Bittencourt. O próximo a falar foi o Sr. Walid El Koury Daoud. Ele fez um breve histórico do Parque Nacional de Brasília, criado em 1960 por lei e, em 1966, instalou-se a cerca que existe hoje. Naquela época, já havia moradores onde é o Núcleo Rural Boa Esperança II, o que impossibilitava que o parque fosse cercado conforme o perímetro previsto na lei. Os moradores eram remanescentes da Fazenda Brejo ou Torto. Em 1991, o Sr. Walid foi à Fundação Zoobotânica, que era a responsável pela gestão de algumas terras públicas, onde mostraram um mapa da região do Núcleo Rural Boa Esperança II, onde claramente estavam distinguidas duas áreas: uma de terra pública e outra de terra privada. Na época, os moradores foram denominados guardiões do parque, e foi criado, por sugestão do Prof. Oto, o Projeto Primavera, para preservação com plantas medicinais. A CEB instalou energia elétrica para todos os moradores e a Caesb instalou três poços de água para abastecer todos os moradores. Em 2003, 2004, houve uma grande surpresa, pois o Ministério Público informou que os moradores estavam dentro do limite do parque e teriam que sair. Em 2006, foi criada a Lei nº 11.825, que estabeleceu os novos limites do parque, onde fica a cerca existente hoje. No entanto, houve um equívoco técnico, e um dos pontos que deveria ser deslocado para a cerca do parque não foi



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
**COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL,**  
**CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO**

deslocado, o que gerou um triângulo, que hoje abrange cerca de dez por cento das casas existentes no parque. Em 2007, com o apoio do Deputado Magela, foi apresentado um projeto de lei, que está em tramitação no Congresso Nacional, para corrigir o erro, de forma que o Núcleo Rural fique cem por cento fora da área do parque. No período de 2007 a 2011, os moradores fizeram algumas tentativas de regularização. No dia 25 de maio deste ano, como já relatado pelo Ricardo, ocorreu a operação integrada de órgãos do Governo na qual derrubaram três casas no Núcleo Rural sem notificação, em uma delas havia uma família. Foi informado que a solicitação partiu do ICMBio e, curiosamente, as três casas derrubadas estão fora do limite atual do parque. O Sr. Walid afirmou que as chácaras protegem o parque e a solicitação dos moradores é que o PDOT reflita a realidade de ocupação atual, dando um tratamento de regularização compatível com Arine – Áreas de Regularização de Interesse Específico, e que sejam suspensas as ações de derrubada de casas. Passou-se a palavra ao Sr. Ivan Fernandes Marinho, morador do Núcleo Rural Boa Esperança desde 1996. Informou que, atualmente, cerca de 470 famílias vivem no Núcleo Rural Boa Esperança II. Muitas ocupam lotes com características urbanas, enquanto outras vivem em chácaras rurais onde criam e plantam. São cidadãos que pagam impostos, trabalham e criam empregos. Na operação de derrubada em 25 de maio, os agentes falavam que havia mais dezessete derrubadas para fazer, sem informar onde seriam. Desde então, muitos pais de família não saem para trabalhar com medo de não encontrarem suas casas no retorno do trabalho e de ver filhos e móveis jogados ao relento. Ele afirmou ao ICMBio que menos de 10% do Núcleo Rural Boa Esperança II está nos limites do Parque Nacional, onde cada morador tem um processo próprio. Os gestores do Parque Nacional precisam entender que as chácaras protegem o parque da ação de grileiros e da ação nefasta da especulação imobiliária. Passou-se a palavra ao Sr. Bruno Wider, advogado e morador. Ele ressaltou a boa índole dos moradores do Núcleo Rural Boa Esperança II, que zelam pelo local e pelo limites com o Parque Nacional. Afirmou que possui cópia de documentos, como uma certidão emitida pela 3ª Sub-Procuradoria do Distrito Federal que atesta que a terra que ele defende é particular, que não foi desapropriada. Por fim, disse estarem à disposição para fazer o acordo necessário de preservação e delimitação, para evitar maior expansão. O Deputado Rôney Nemer registrou a presença do Deputado Siqueira Campos e passou a palavra à Sra. Dalva Cristina dos Santos. Ela agradeceu o apoio do Deputado Rôney Nemer no dia da operação com tratores realizada por Agefis, Seops, Terracap, PM e outros órgãos. Informou que a casa derrubada, onde tinha uma família morando, era a da filha dela, que está grávida de dois meses. Na manhã do dia 25, saíram e, quando retornaram, o lote estava cercado por policiais. Ela relatou que os policiais colocaram os móveis na casa ao lado e, num cenário de guerra e truculência, derrubaram a casa. Ela questionou aos representantes presentes sobre a solução para reerguer a casa da filha, e também questionou sobre o direito de ampla defesa e a notificação prévia da derrubada. O Deputado Rôney Nemer convidou para compor a Mesa o Corregedor da Câmara Legislativa do Distrito Federal, Deputado Siqueira Campos. Passou-se a palavra ao Sr. Reuber Brandão, professor da UnB. Disse que nasceu em Brasília há quarenta anos, trabalhou no Ibama durante quatro anos e criou mais de cinco milhões de hectares de áreas protegidas. No dia 25, a casa em que colocou todas as economias foi completamente destruída numa ação truculenta, sem a menor chance de defesa. O professor afirmou que a questão fundiária é uma doença no Distrito Federal e que não há condições para viver com essa insegurança. No Núcleo Boa Esperança, comprou-se o desafio de ter ocupações responsáveis, do ponto de vista ambiental, social. Quando há interesse de grandes imobiliárias, as questões fundiárias são resolvidas rapidamente, a exemplo do Noroeste e, em breve, do Alphaville. Concedeu-se a palavra ao Sr. Rubens Bartholo, Presidente do Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável do Lago Norte. Informou que no PDOT em vigor, Lei nº 803, conseguiu-se uma alternativa de regularização para o Núcleo Rural Boa Esperança, parte é zona urbana e parte constitui-se zona de contenção urbana. Mas na revisão do PDOT existe uma situação delicada, pois teria sido inserido um § 2º, no art. 278, que diz que na zona de contenção urbana não serão autorizados contratos específicos. Passou-se a palavra à Sra. Rosimeire Almeida Guimarães. Ela disse que os moradores vivenciam situação de sofrimento, causado pelos



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
**COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL,**  
**CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO**

órgãos públicos, principalmente a Terracap. Afirmou que na Terracap existe um mapa que ela chama de mapa da grilagem, no qual existe uma legenda que aponta as áreas que são apropriadas, desapropriadas, em comum. Depois vem outro mapa, já com outra legenda. A moradora apresentou a proposta de pagar duzentos reais por mês pela área em que moram. O Deputado Rôney Nemer disse que faria pronunciamento não na condição de Deputado, mas de arquiteto urbanista, de fiscal concursado da Agefis. Ele questionou como seria a participação do Instituto Chico Mendes, se dentro dos parques e na área limdeira. É preciso saber do Ibram e da Secretaria de Meio Ambiente se há um levantamento da área que informe onde pode ter chácara e onde não pode. É necessário conhecer os limites ambientais e as medidas mitigadoras. O Deputado questionou se havia estudo do Ibram e da Secretaria do Meio Ambiente. Existe uma lei federal aprovada que permite a regularização de chácaras e o Deputado perguntou se haveria estudo sobre as chácaras da região. Outro questionamento referiu-se à Agefis, se ela decide onde vai derrubar ou é demandada por outros órgãos. Afirmou que deve haver regras para o particular e também para o comportamento do Estado. Quando foi presidente da Agefis, disse que buscava apoio da área social. O Deputado entende que não pode haver construção desmedida e, mesmo sendo particular, o projeto tem que ser aprovado. Criticou a ação de servidores públicos que não têm respeito ao próximo. Informou que trabalhou como arquiteto urbanista e projetou onze cidades no DF, houve política habitacional para a classe E, mas não houve para a classe média e, então, surgiram os condomínios. Para regularizar uma ocupação de famílias, é uma morosidade, mas há empresários que vêm para Brasília, como a Broksfield, compram um lote em Ceilândia, que antes era para creche, e rapidamente os prédios são erguidos e muda-se a destinação. Não seria possível dar a mesma celeridade para a família? Em Arniueiras, a decisão judicial diz que, se a casa estiver habitada, não é para ser derrubada. Por que no Núcleo Rural Boa Esperança casa habitada pode ser derrubada? O Deputado informou que o Administrador foi convidado, mas não compareceu nem mandou representante. Em seguida, passou a palavra ao Deputado Siqueira Campos, Corregedor da Câmara Legislativa. O Parlamentar afirmou que a obrigação da Câmara Legislativa é mais do que fazer leis e que as audiências são muito mais importantes que a maioria das leis aprovadas. Informou que um terço da população de Brasília mora em condomínios. Se o Estado não planejou isso, nenhuma autoridade teria coragem de passar o trator sobre essas residências. O Deputado Siqueira Campos exigiu o fim das derrubadas e comentou sobre a proposta do Deputado Rôney Nemer de os moradores serem os fiscais nas comunidades para não permitirem a construção de nova residência se houver a garantia de que as residências atuais serão regularizadas. Criticou a ação dos órgãos ambientais sobre a recuperação da área depois da derrubada e afirmou que não aceita a derrubada de casa de uma pessoa humilde. Passou-se a palavra ao assessor especial da Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal – Terracap, Sr. Cleverson Eloy, representando o Sr. Presidente Antônio Carlos Rebouças Lins. Ele informou que no início de Brasília se pretendeu desapropriar todo o quadrilátero do Distrito Federal, mas não se conseguiu desapropriar toda a área. E algumas desapropriações feitas à época não se completaram e permanecem em consórcio, entre o Poder Público e algum particular. Afirmou que o atual governo resolveu chamar para si a solução fundiária e está tomando providências na Terracap, no sentido de se organizar para impetrar ações que resolvam a questão fundiária. Na região da fazenda, no trecho da Fazenda Brejo Torto, a área já está definida. Há uma parte particular, uma parte da União, que é a parte do Parque Nacional, e há uma parte da Terracap. Passou-se a palavra ao Coordenador-Geral de Proteção do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Sr. Paulo Carneiro, que representa o Presidente do órgão, Sr. Roberto Ricardo Vizontin. Ele esclareceu que o Parque foi criado em 1961 e, por um erro administrativo, ele foi feito fora do limite original, que é o limite do decreto. Isso criou um entendimento errado de que a parte do Núcleo Rural Boa Esperança II estava fora da unidade. Este erro se perpetuou durante algum tempo, e só a partir da lei que estabeleceu a mudança do limite do Parque o erro foi equacionado, mas não corrigido. A lei que alterou o limite do Parque tinha como objetivo desafetar uma área onde seria a Cidade Digital. Na discussão política foram acrescentadas outras alterações aos limites, inclusive a retirada de uma parte do Núcleo Rural Boa Esperança.



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
**COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL,**  
**CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO**

Está sendo realizada na Câmara dos Deputados perícia nas notas taquigráficas para verificar como ficou o limite do Parque hoje. Em 2010, houve tentativa do ICMBio de acertar a cerca no limite que passa no Núcleo Rural Boa Esperança II, mas não houve êxito, pois o limite, da forma como foi colocado, divide alguns terrenos ao meio. O conflito gerado resultou num inquérito policial ainda sem conclusão. O coordenador informou que o órgão recebeu denúncia de que estava havendo subparcelamento dos lotes fora da unidade. O órgão foi convidado a participar da operação, mas não foi o demandante. Ele afirmou que o objetivo principal de todas as ações do ICMBio no Distrito Federal é congelar a situação até que se defina o que vai acontecer. Pretende-se evitar o aumento da ocupação até que haja definição. Em Arniquireas, tudo que foi construído desde 2008 está sendo alvo de autuação. Sobre a regularização, disse que o interesse é que se regularize. No Núcleo Rural Boa Esperança II, nas áreas fora da unidade de conservação, pretende-se evitar que aquela área rural se transforme em urbana. Afirmou que vai verificar, no Instituto Chico Mendes, possíveis excessos de servidores na ação de derrubada. Sobre o projeto de lei de autoria do Deputado Geraldo Magela, que propõe nova alteração nos limites do parque, o Instituto se posicionou de forma contrária. Concedeu-se a palavra ao Superintendente da Fiscalização de Obras da Agência de Fiscalização do Distrito Federal, Sr. José Airton Lira, representando o Diretor-Geral, Sr. Gleiston Marcos de Paula. Ele informou que, em 3 de maio de 2011, foi criado um Comitê de Combate ao Uso de Parcelamento Irregular do Solo, composto por diversos órgãos: Sudesa, Agefis, Defesa Civil, Coordenadoria das Cidades, Terracap, Ibram, Sedest, Polícia Militar, Polícia Civil, Bombeiros. A coordenação é feita pela Seops e a Agefis fiscaliza as edificações, se há licença ou não. Existe o Decreto 944 desde 1969 e, atualmente, o Código de Edificações, e só se pode iniciar uma obra se houver licença, tanto em área urbana quanto em área rural, de acordo com o art. 51. Quanto à operação de derrubada, disse que o papel da Agefis não é levar terror aos moradores, as casas antigas que lá estavam foram respeitadas; as obras novas foram alvo de operação. As três edificações demolidas sofreram uma vistoria prévia, um ou dois dias antes, juntamente com o pessoal da Sudesa, que identificou essas residências. Afirmou que o papel da Seops e da Agefis é difícil, pois, de um lado, existe a questão da moradia; do outro, a cobrança do Ministério Público, por meio de denúncias. Será apurado se houve algum excesso ou abuso durante a operação de derrubada, pois se deve trabalhar com urbanidade. O superintendente da Agefis disse que se tenta congelar a situação e torce para que os moradores trabalhem em parceria com o Governo, denunciando novas edificações. E, por fim, informou que não há nenhuma ação fiscal planejada para demolir mais dezessete casas na região. Concedeu-se a palavra ao Diretor de Vigilância da Secretaria da Ordem Pública e Social do Distrito Federal – SEOPS, Sr. Valdiná Alves Feitosa, representando o Secretário, Sr. José Grijalma Faria Rodrigues. Em resposta a uma das questões feitas, informou que acabou a Siaviso e, agora, existe a Sudesa, Subsecretaria de Defesa do Solo e da Água. Cabe à Seops a coordenação das ações. Disse que pede respeito durante as ações, pois a punição é rígida. De 2008 até sexta-feira, dia 25, ocorreram onze ações naquela região. Foram oito relatórios fotográficos e três operações, sendo uma cancelada. O diretor afirmou que não sabe onde será a apuração sobre a operação realizada, na Secretaria de Transparência ou na Seops. A ação da Secretaria é de coordenação e é demandada pelo 156 ou a demanda é incluída no comitê. Ao final, informou que as ações estão suspensas no Boa Esperança. Passou-se a palavra novamente ao Sr. Cleverson Eloy, representante da Terracap, para complementar as informações. Sobre a propriedade da Terracap, informou que é uma empresa pública, cinquenta e um por cento das ações da empresa pertencem ao Distrito Federal e quarenta e nove por cento à União. Quando a Terracap comercializa um imóvel, o recurso não retorna para a empresa, mas é aplicado no próprio Distrito Federal, em prol da sociedade. Afirmou que deveria haver uma política de fornecimento de imóveis para a sociedade, para que não houvesse necessidade de habitação irregular, mas, se houver insistência em construir, é possível que haja nova derrubada de imóveis. O Deputado Rôney Nemer disse que se preocupa com o que acontece, por exemplo, em Vicente Pires, que está em processo de regularização. Os grileiros não foram presos e ficaram ricos. Quem comprou de boa-fé está bem, porque está sendo regularizado. Mas quem manteve a chácara na vocação original, o Governo agora está



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
**COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL,**  
**CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO**

tomando a chácara para fazer equipamento público. O que se vai pedir ao Governador e ao Vice-Governador é que quem comprou, desde que não construa e que não tenha outro imóvel em seu nome, na hora da regularização, possa ser contemplada mesmo que o lote não tenha sido construído. Passou-se a palavra ao representante do Ibram, Sr. Flávio Marcelo Braga. Ele informou que o Ibram participou das ações no Núcleo Rural. Nas reuniões anteriores à operação, decidiu-se que as construções em área de preservação permanente na área externa ao Parque Nacional seriam objeto de embargo pelo Ibram, e as construções nos limites do Parque Nacional seriam objeto de autuação dos fiscais do Instituto Chico Mendes. Nas autuações do Ibram, as obras são embargadas e só há demolição depois do trânsito em julgado do processo do auto de infração, quando é encaminhado à Subsecretaria do GDF responsável por proceder às demolições. O representante do Ibram disse que não foi reportado qualquer excesso por parte dos dois auditores do órgão que participaram da ação, mas se dispôs a reprimir caso se comprove o excesso. Concedeu-se a palavra ao representante da Semarh, Sr. Dálio Ribeiro Filho. Disse que, neste momento, é importante que os moradores coíbam novas edificações. A Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos não pode fazer nada quanto ao licenciamento sem antes estar regularizada a situação fundiária. Com a situação regularizada, o licenciamento requer a elaboração de um estudo ambiental e de um acordo com a Terracap. Provavelmente a associação de moradores vai ter os custos da elaboração do estudo e a licença a ser emitida será, em princípio, a de instalação. O Sr. Dálio informou que o Parque Nacional é gerenciado pelo Instituto Chico Mendes e tem um papel fundamental para a qualidade de vida de todos. Assim, não se pode ver os gestores do parque como inimigos. O próximo a falar foi o representante da Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural, Sr. Marcelo Pereira Tassinari. Ele informou que há possibilidade de regularizar áreas urbanas com características rurais. Para que isso aconteça, há necessidade de a Câmara Legislativa votar o projeto de alteração do PDOT. No PDOT, criou-se um artigo que permite a regularização por meio de contrato específico. Criticou a situação anterior, em que muitos políticos fomentaram tudo o que se vive hoje, e afirmou que o governo atual já entregou 180 contratos de concessão de uso da terra. Como cidadão, tem que se cobrar da Casa de Leis que realmente faça as leis, pois hoje está se fazendo a regularização fundiária rural em razão de uma lei de 2009, que permitiu fazer exceção à lei de licitação para que se vendesse diretamente ao ocupante. Passou-se a palavra ao Subsecretário de Regularização Fundiária da Secretaria de Habitação, Regularização e Desenvolvimento Urbano – Sedhab, Sr. Chico Floresta, representando o Secretário, Sr. Geraldo Magela. Ele afirmou que a posição do Deputado Geraldo Magela é pela regularização do Núcleo Rural. Ressaltou a necessidade de uma ação demarcatória para definir os limites do que é público e do que é privado. Disse ser um processo legítimo parte da população ocupar terra devoluta de particular, mas a ocupação de terra pública não dá direito à propriedade da terra. O Governador criou uma subsecretaria dentro da Secretaria de Habitação e criou a Secretaria de Regularização de Condomínios. Uma vai tratar de parcelamentos que estão constituídos, os chamados parcelamentos irregulares. E a outra vai tratar da regularização das cidades. Mais de um terço do Distrito Federal é irregular e há cidades inteiras que são irregulares. Outra ação do governo foi criar o Fórum Distrital de Regularização Fundiária, articulando o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios e o próprio governo. O representante da Sedhab criticou a ação truculenta de derrubada e afirmou ser fundamental o compromisso do Poder Público de não haver a derrubada de mais dezessete casas. O Deputado Rôney Nemer disse que o Deputado Wellington Luiz, atualmente Secretário de Regularização dos Condomínios, está em outra audiência, e que existe um projeto tramitando na Câmara Legislativa que trata da regularização de guaritas e muros. O Sr. Roberto Costa informou que o Deputado Wellington Luiz preza pela dignidade da pessoa na sua moradia e colocou a Secretaria à disposição para orientação. O Deputado Rôney Nemer disse que se conseguiu o pleito de congelar a situação e é preciso que os moradores também façam a sua parte. Esse trabalho já foi feito em outros condomínios e deu certo. Ele agradeceu ao Deputado Evandro Garla e ao Deputado Olair Francisco, que deram quorum à reunião da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, para aprovação da audiência pública. O Deputado



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
**COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL,**  
**CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO**

afirmou que há filmagens da operação truculenta e pediu que as encaminhassem para que se possa pedir à Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar para investigar as pessoas que abusaram do direito. Pediu ao Sr. Chico Floresta que se filmem todas as operações. O Deputado lembrou do trabalho como Presidente da Agefis, orientava-se para não retirar mercadoria dos ambulantes, chegava-se ao local de fiscalização mais cedo que os vendedores e coibia-se a venda. Para finalizar, o Deputado Rôney Nemer informou que se conseguiu o sobrestamento de qualquer operação sobre o que já está edificado na região, e salientou que é fundamental a participação dos moradores para coibir novas edificações. Agradeceu a todos pela presença e encerrou a audiência pública. Eu, Uirá Felipe Lourenço, Consultor Técnico-Legislativo – Ecólogo lotado nesta Comissão, lavrei a presente Ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Rôney Nemer, e encaminhada para publicação.

Deputado Rôney Nemer  
**Presidente – CDESCTMAT**